

ASSENTAMENTOS RURAIS NO CONTEXTO DE UM SISTEMA AGROALIMENTAR EM CRISE

Anderson Antonio da Silva¹
Oriowaldo Queda²

Resumo: Este artigo tem como objetivo refletir a importância dos assentamentos rurais dentro do contexto de um sistema agroalimentar em crise, do qual não sabemos mais a origem dos alimentos que consumimos. Atualmente, segundo o Bando de Dados da Luta Pela Terra (DATALUTA), existem no Brasil 9.337 assentamentos, contabilizando cerca de 82.000 mil famílias assentadas, distribuídas por todas as unidades da federação do Estado Brasileiro. Atualmente, pela ausência de uma política de comercialização, atrelada à política de produção, estas famílias com raras exceções, enfrentam dificuldades para comercializar seus produtos diretamente com os consumidores finais, ficando na dependência ora, de intermediários (leia-se atravessadores) ou de redes varejistas, que se apropriam da maior fatia da renda que é produzida pelas famílias assentadas. Neste sentido, ao passo que as famílias assentadas enfrentam dificuldades para se conectarem diretamente ao consumidor final, na relação formador x tomador de preços, ficam com o menor quinhão da renda, fruto do seu trabalho, e com isso, transferem para a sociedade parte da renda que produzem (situação de onde deriva o jargão que cabe aos camponeses produzirem alimentos a baixo custo, numa relação de completa subordinação ao mercado). Considerando que a percepção do mercado consumidor, acerca do consumo de alimentos saudáveis, desprovidos de agrotóxicos é crescente, urge em um momento político adverso, com a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário, a criação de políticas públicas de cunho multidimensional, ou seja, pensadas para além apenas do agrícola, capazes de construir canais de distribuição eficientes, visando ligar a produção das mais de 81 mil famílias assentadas ao mercado consumidor, de forma que as próprias famílias assentadas, realizem a venda dos seus produtos. Em um eminente cenário de aprofundamento da crise do sistema agroalimentar, onde teremos basicamente dois tipos de alimentos: os transgênicos e os agroecológicos e/ou orgânicos (fazendo a ressalva que todo produto agroecológico é orgânico, mas nem todo produto orgânico é agroecológico, pois existem as monoculturas orgânicas), ou investimos em políticas públicas de valorização dos assentamentos no contexto da produção de comida saudável, atitude que inclusive revelaria para a sociedade a importância dos assentamentos rurais e, portanto, da reforma agrária, ou vamos adquirir as frutas, legumes e verduras produzidos pelos assentamentos em uma loja do Pão de Açúcar, com o timbre de alguma *trade* ou empresa integradora (modelo de comercialização que não interessa) a emancipação das famílias assentadas. Também se constituem em alternativas a utilização de espaços onde acontece o uso combinado do solo, como: estacionamentos de universidades públicas ou privadas, de igrejas, praças públicas, que são potenciais canais de distribuição com potencialidade para promover a ligação entre produtores assentados e consumidores. O uso destes espaços não depende exclusivamente da articulação dos entes federados: união, estados e municípios para construção desta alternativa de comercialização de alimentos saudáveis a um custo mais acessível. Num estágio mais avançado, a exemplo do que existe nos EUA, no Canadá, na França, na Itália, desde que as famílias assentadas tenham acesso à assistência técnica e extensão rural, pois precisam aprender a calcular seu custo de produção e aprimorar a tradicional estrutura do plano de negócio, atendendo às suas especificidades, podem ter uma loja representativa da marca da própria família assentada, ou de um conjunto delas, possibilitando ao mercado consumidor conhecer a origem dos produtos que consome. Esse sistema proporcionará às famílias assentadas uma troca mais justa dos seus produtos com o mercado consumidor.

Palavras chave: Canais de distribuição, Comercialização, Políticas Multidimensionais, Sistema Agroalimentar.

¹ Doutorando em Desenvolvimento Territorial e Meio ambiente - UNIARA, Docente da FATEC de Presidente Prudente, Coordenador do NEDET - Pontal do Paranapanema (Encomenda CNPq/COSAE-MDA 2013 - Processo 408501/2013-8).

² Professor do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Territorial da UNIARA.